

**AFIRMAR O CONTRIBUTO
DA COOPERAÇÃO
PORTUGUESA PARA UM
MUNDO MAIS JUSTO E
SUSTENTÁVEL**

MANIFESTO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD NO ÂMBITO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 30 DE JANEIRO DE 2022

A propagação da pandemia de Covid-19 tem-se assumido como um acontecimento incontornável na vida de todas as pessoas. A desestabilização socioeconómica por si provocada causou constrangimentos transversais a toda a população – embora com maior impacto naqueles/as que já se encontravam em situação de maior vulnerabilidade –, e tem também produzido um impacto significativo na definição de políticas públicas em diversas áreas. Nesta dimensão, tem-se tornado cada vez mais evidente a ligação entre esferas diversas da nossa vida coletiva (desde logo, as implicações de medidas de saúde pública na economia) e, conseqüentemente, a importância em, independentemente do problema, apostar na adoção de abordagens abrangentes. Por isso, também para enfrentar os desafios provocados pela crise ecológica, pelo acentuar das desigualdades e o aumento da pobreza, pela erosão do multilateralismo e pela ascensão de movimentos extremistas, populistas e antidemocráticos, são necessárias respostas integradas, coerentes e capazes de envolver as comunidades afetadas – um conjunto de princípios inscritos na Agenda 2030.

Num mundo globalizado marcado pela interdependência, a cooperação entre países tem um papel fundamental. Como a pandemia tem mostrado – e como o Secretário-Geral da ONU tem salientado por diversas ocasiões –, sabemos que a solução para os problemas globais dependerá sempre da capacidade dos países em encontrarem respostas conjuntas, justas e que não deixem ninguém para trás. Por tudo isto, e face aos múltiplos desafios que enfrentamos – cuja complexidade a pandemia ajudou a aprofundar –, a Plataforma Portuguesa das ONGD entende que o debate que conduzirá à eleição dos/as membros da Assembleia da República deve ser capaz de integrar as questões relacionadas com o contributo de Portugal para um mundo mais justo e sustentável.

Destinada a concretizar o contributo de Portugal para o desenvolvimento global e para a realização da Agenda 2030, a política de Cooperação Portuguesa deve ter um papel chave nos próximos anos. A realização de eleições legislativas coincide com o processo de construção de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa, pelo que este é um momento determinante para clarificar as opções estratégicas que irão orientar a abordagem que vier a ser definida. Nesta medida, a Plataforma Portuguesa das ONGD apela a todas as forças políticas que concorrem às eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022 para que atribuam a esta matéria o destaque que lhe é devido. Durante o período de campanha eleitoral, a Plataforma procurará, por isso, obter compromissos concretos por parte dos/as representantes partidários/as em matérias relacionadas com a política de Cooperação Portuguesa.

Este documento aborda um conjunto de questões que a Plataforma Portuguesa das ONGD entende ser necessário considerar para que a Cooperação Portuguesa se afirme como uma política capaz de orientar o contributo de Portugal para o desenvolvimento global sustentável. Entre outras questões, abordamos a importância de definir mecanismos efetivos para a concretização coerente das prioridades da próxima Estratégia da Cooperação Portuguesa, de apostar na canalização de fundos em linha com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, e a necessidade de fazer desta uma política aberta, transparente e inclusiva que integre a Sociedade Civil nas várias fases dos processos a si associados.

O CONTRIBUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA PARA A RESPOSTA AOS DESAFIOS GLOBAIS

A Cooperação Portuguesa tem sido entendida como um “vetor chave da política externa portuguesa” (Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa, 2014) que se orienta por princípios como a “erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito” (idem). Trata-se, por isso, de um instrumento fundamental na conceção do que deve ser o contributo do País para a resposta aos desafios globais, nomeadamente na relação com os seus parceiros tradicionais – PALOP e Timor-Leste. Trata-se também de uma política única, cuja natureza desempenha um papel insubstituível na afirmação da solidariedade internacional enquanto princípio elementar da cooperação entre estados.

No entanto, para assegurar que os princípios nucleares da Cooperação Portuguesa informam, efetivamente, a sua execução, é fundamental que as opções tomadas no âmbito da sua esfera de atuação reconheçam todas as suas particularidades. Este é um aspeto especialmente relevante, sobretudo num contexto em que, na sequência das transformações verificadas no sistema de governação global, também o setor atravessa um período de mudanças importantes. A aprovação do novo instrumento Europa Global (integrado no Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 da UE), onde, pela primeira vez se faz depender a continuação de alguns projetos de cooperação da UE à implementação de medidas securitárias de controlo migratório por parte dos países parceiros, é um bom exemplo disso mesmo. A par disso, a potencial diluição dos objetivos tradicionais das políticas de cooperação por prioridades de natureza económica e comercial dos países doadores tem, igualmente, sido vista com preocupação por parte da Sociedade Civil.

Com efeito, vivemos hoje um momento de mudanças importantes no âmbito da cooperação para o desenvolvimento em que os interesses geoestratégicos dos doadores se têm afirmado como um fator determinante na conceção das políticas. Ao mesmo tempo que se procura adaptar as dinâmicas do setor à realidade contemporânea, importa, por isso, preservar os elementos que o distinguem. Assim, a Plataforma Portuguesa das ONGD considera que reforçar o contributo da Cooperação Portuguesa para a resposta aos desafios globais deve passar, em primeiro lugar, pela reafirmação da luta contra a pobreza enquanto seu desígnio orientador e, em torno deste, construir uma estratégia que dê resposta às necessidades das populações locais. Para isso, é fundamental apostar nos setores que, de forma mais eficaz, contribuem para o desenvolvimento humano – como a educação e a saúde – e cujos avanços registados nos últimos anos foram, ainda que insuficientes, colocados em risco pela pandemia.

Num mundo cada vez mais desigual, onde a recuperação das perdas provocadas pela pandemia se tem dado de forma consideravelmente mais rápida no caso das pessoas mais ricas¹, é importante robustecer aquelas políticas que se encontram em melhores condições de oferecer soluções para o problema. Não sendo a única, a política de cooperação pode desempenhar um papel importante para que a recuperação das crises aprofundadas pela pandemia contribua para reduzir as desigualdades – desde que comprometida com a melhoria das condições de vida das comunidades em situação de maior vulnerabilidade, no respeito

¹ *The Inequality Virus: Bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy*, OXFAM (2021)

pelos direitos humanos e pela dignidade de cada pessoa. Importa também, por isso, afirmar a Cooperação Portuguesa enquanto fator potenciador de uma maior coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, procurando um maior alinhamento entre as várias áreas setoriais em que Portugal se relaciona com os países parceiros da cooperação.

Para isso, é necessário começar por reforçar o papel do Camões, IP enquanto estrutura coordenadora da Cooperação Portuguesa capaz de garantir a consistência da abordagem nacional, historicamente orientada para a atuação nos seus países parceiros tradicionais (PALOP e Timor-Leste) – cujo foco importa manter. No plano setorial, a Plataforma Portuguesa das ONGD considera que a prioridade deve estar nos setores acima referidos (educação e saúde), bem como noutras áreas relacionadas com a proteção dos direitos humanos, a melhoria dos padrões democráticos, de respeito pelo Estado de Direito e de dinamização da participação cívica. Face à crise ecológica que enfrentamos – e que ameaça ter um impacto significativo nos países do Sul Global – e à dimensão social a esta associada, a Cooperação Portuguesa pode,

e deve, ter também um papel no acompanhamento dos esforços que terão de ser feitos nos países parceiros para que ninguém seja deixado para trás durante o processo de transição para uma economia neutra em carbono. Simultaneamente, uma vez que os efeitos das alterações climáticas já são visíveis, a Cooperação Portuguesa é também um instrumento importante para a construção de respostas destinadas à adaptação a esta realidade.

Afirmar a Cooperação Portuguesa enquanto uma política chave do Estado português na sua relação com o mundo, com os seus países parceiros e com as organizações internacionais que integra, é, por tudo isto, um passo fundamental para potenciar o contributo do País para o desenvolvimento global sustentável. A próxima Estratégia da Cooperação Portuguesa terá aqui um papel importante, pelo que os próximos meses assumirão um papel crucial na construção de soluções que permitam realizar os seus objetivos máximos. A Plataforma Portuguesa das ONGD apela, por isso, a todos/as os/as responsáveis políticos/as para que o debate eleitoral se faça, também ele, em torno das matérias realçadas neste manifesto.

A PRÓXIMA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA E O PAPEL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A aprovação de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa estava prevista para o final de 2020 – por altura do final do período de vigência do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. No entanto, a sua entrada em vigor foi sendo sucessivamente adiada, pelo que a próxima legislatura será instrumental para a finalização do processo. Os meses que se seguem serão, por isso, fundamentais para a aprovação de uma Estratégia da Cooperação Portuguesa que seja capaz de traduzir os seus princípios essenciais num conjunto de medidas concretas. Será, igualmente, o momento em que se espera que as discussões que já foram realizadas, e onde a *Visão da Plataforma Portuguesa das ONGD sobre o futuro da Cooperação Portuguesa* assumiu um papel determinante na formulação de propostas por parte das ONGD, informem a tomada de decisões relativamente ao rumo a seguir.

No sentido de assegurar que os princípios e prioridades acima referidas são contemplados, a Plataforma tem insistido num conjunto de recomendações que importa realçar. Na medida em que, do ponto de vista das ONGD, **a Estratégia da Cooperação Portuguesa deve servir, em primeiro lugar, como um instrumento capaz de definir um rumo a seguir, é fundamental que esta seja acompanhada de um Plano de Ação e Monitorização.** Além da importante dimensão de escrutínio que tal permite, esta é uma condição importante para garantir a coerência entre as iniciativas implementadas, já que facilitaria a concretização dos objetivos máximos da Cooperação Portuguesa – deduzindo, a partir destes, um conjunto de metas intermédias que importa alcançar. Não tendo existido, até agora, nenhum instrumento dedicado a concretizar, em medidas objetivas e implementáveis, as prioridades inscritas nos documentos orientadores do setor, este seria um passo certo no sentido de potenciar o impacto da Cooperação Portuguesa.

A definição de um Plano de Ação e Monitorização da Estratégia da Cooperação Portuguesa poderá ser útil, inclusivamente, para o alinhamento da política nacional com os compromissos internacionais assumidos por Portugal. No caso do financiamento para o desenvolvimento, Portugal comprometeu-se a canalizar pelo menos 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) para Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). No entanto, além de nunca ter alcançado esse valor, a contribuição nacional tem estagnado – inclusive, diminuído – nos últimos anos, onde a aposta tem vindo a ser colocada na captação de fundos europeus (através da implementação de projetos de cooperação delegada pela Comissão Europeia) como forma de mitigar o défice de financiamento nacional. Esta é, por isso, uma oportunidade única para **associar à Estratégia um calendário de aumento progressivo no financiamento disponibilizado com vista a alcançar os 0,7% do RNB para APD até 2030 e de canalizar 0,15% a 0,20% do RNB em APD para os Países Menos Avançados (PMA).**

O alinhamento da Estratégia da Cooperação Portuguesa com a Agenda 2030 não ficará completo sem a definição de metas intercalares claras que permitam acompanhar a concretização dos objetivos definidos, para os quais a definição de um Plano de Ação e Monitorização poderá desempenhar um papel crítico. A par da dimensão do financiamento, **a próxima Estratégia oferece também uma oportunidade para ajustar a abordagem da Cooperação Portuguesa à necessidade de aprofundar a sua dimensão de parceria entre diversos atores.** Tal implica olhar para o papel dos países parceiros, das Organizações da Sociedade Civil – portuguesa e nos países parceiros – e do setor privado empresarial nas dinâmicas globais da Cooperação Portuguesa.

Enquanto agentes com uma presença vincada em países parceiros da Cooperação Portuguesa, **as ONGD portuguesas acumulam conhecimento valioso adquirido no terreno e devem ser reconhecidas como um ator central no setor – desde a definição e implementação das políticas até à sua monitorização e avaliação.** Ao mesmo tempo, a Plataforma Portuguesa das ONGD tem defendido que um entendimento mais ambicioso da noção de parceria deveria integrar a preocupação de envolver também as organizações da Sociedade Civil dos países parceiros. É por isso que, reconhecendo que as negociações são feitas entre Estados, **é fundamental que a Estratégia da Cooperação Portuguesa assuma a importância de promover discussões abertas, inclusivas e democráticas, também com a sociedade civil local, sobre as prioridades plasmadas em cada Programa Estratégico de Cooperação acordado com os países parceiros.** Na medida em que a vitalidade das democracias depende da existência de um espaço cívico dinâmico e aberto à participação de todos/as, a Cooperação Portuguesa pode, por esta via, dar um contributo importante para a consolidação democrática dos seus países parceiros.

Importa aqui realçar ainda a relevância do setor na realidade interna do país, em virtude do trabalho que muitas ONGD têm desenvolvido em matéria de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG). Num período histórico marcado pelas interações globais entre povos de diferentes regiões, as ONGD portuguesas – pela sua preponderância na execução da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento – têm mostrado dar um contributo fundamental no setor da educação e na sensibilização da opinião pública para as desigualdades e injustiças globais. Dada a importância de alargar a reflexão sobre os assuntos globais, os direitos humanos, o desenvolvimento global sustentável, para nomear apenas alguns as-

petos, a Plataforma Portuguesa das ONGD considera que **é necessário reforçar a visibilidade e a importância política atribuída à EDCG.** A Sociedade Civil tem, também neste campo, um papel essencial a desempenhar.

Para garantir que estas e outras preocupações são tidas em consideração, a Assembleia da República tem um papel fundamental. Nessa medida, a Plataforma tem vindo a defender que **a próxima Estratégia da Cooperação Portuguesa seja discutida e votada no Parlamento, de forma a assegurar a legitimação democrática das opções escolhidas** no contexto de uma política que se pretende que resulte de um “consenso nacional alargado entre as principais forças políticas e a Sociedade Civil” (Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa, 2014). Na medida em que as estruturas de participação da Sociedade Civil na definição de prioridades não têm funcionado com a qualidade e regularidade desejadas – nomeadamente, o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento –, um maior envolvimento dos/as deputados/as contribuiria, igualmente, para um acompanhamento mais estruturado de todas as fases dos processos a si associados.

O contexto atual, bem como a circunstância de nos encontrarmos num momento de construção de uma nova abordagem estratégica, exige que todos os atores do setor estejam empenhados em encontrar soluções robustas para os próximos anos. À medida que nos aproximamos do fim do prazo para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, **é fundamental que o debate em torno do futuro da Cooperação Portuguesa seja dinamizado, participado e consequente.** O período eleitoral representa, a este respeito, **uma oportunidade preciosa que deve ser aproveitada.**

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU AÇÕES PARA UM MUNDO UNIDO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO AVOAR
ASSOCIAÇÃO CUERAMA
ASSOCIAÇÃO FENIKS ILUMINAR A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS
ASSOCIAÇÃO HELPO
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ASSOCIAÇÃO SER MAIS VALIA
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
CÁRITAS PORTUGUESA
CHAPITÔ
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
EQUIPA D'ÁFRICA
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO BOMFIM
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GIRL MOVE PORTUGAL
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
HEALTH4MOZ MOZAMBICAN CHILDREN AND FAMILIES
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
KARINGANA WA KARINGANA ASSOCIAÇÃO
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM - P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PROSOCIAL ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SAPANA
SAÚDE EM PORTUGUÊS
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

janeiro 2022
